

Divida Externa Mau pagador

Pela segunda vez em menos de um ano o Brasil recebe um atestado que em nada ajuda a melhorar sua situação junto ao sistema financeiro internacional: o de mau pagador. A Interagency Country Exposure Risk Committee (Icerc), organismo do governo dos Estados Unidos encarregado de avaliar os riscos dos empréstimos concedidos ao exterior pelas instituições financeiras norte-americanas, está comunicando aos bancos que devem lançar como prejuízo mais 20% do dinheiro que têm a receber do Brasil. Isso quer dizer que os resultados dos bancos, já ruins por causa de problemas internos, ficarão ainda piores. Calcula-se que os sete maiores credores norte-americanos do Brasil terão prejuízo de US\$ 1,5 bilhão.

A decisão do Icerc foi tomada durante reunião realizada no início deste mês e repete outra adotada em julho do ano passado, quando fazia um ano que o Brasil não pagava os juros da dívida externa. Até duas semanas atrás, antes de conhecida a decisão, havia alguma esperança de que, quase seis meses depois de iniciadas as conversações com os banqueiros, o governo brasileiro poderia chegar a um acordo pelo menos no que se refere aos juros atrasados, para então iniciar a verdadeira negociação, sobre o principal. Entretanto, nem esse acordo preliminar foi obtido.

Antes da decisão do Icerc, alguns credores norte-americanos tinham interesse em fechar um acordo rápido sobre os atrasados, interesse que não era compartilhado pelos credores de outros países. Já que a decisão está tomada, nem esses bancos mais têm pressa. Isso quer dizer que, na mesa de negociações, ficarão tão exigentes quanto os demais credores.

Exigentes, porém, não no sentido de obrigar o governo brasileiro a aceitar compromissos que não possa honrar, mas no sentido de cobrar o cumprimento de suas obrigações — o pagamento dos atrasados —, para então se falar sobre o futuro. O que os credores pretendem, como bem resumiu Takanori Suzuki, presidente do Banco de Tokyo — cuja matriz é o principal credor asiático do Brasil e participa do comitê de

assessoramento dos banqueiros credores —, é simplesmente “fazer o governo brasileiro entender a realidade financeira internacional, que tem como ponto mais importante a credibilidade”.

Credibilidade, no entanto, é o que falta ao governo brasileiro. Depois de anunciar com arrogância sua proposta de negociação — baseada no conceito de “capacidade de pagamento” ligada ao superávit fiscal e não ao superávit comercial — e de condicionar o pagamento dos atrasados à negociação da dívida total, o governo perdeu muito tempo até se convencer de que sua proposta não seria aceita pelos credores. Recuou na questão dos juros atrasados, não tem falado na “capacidade de pagamento”, mas ainda não convenceu a comunidade financeira.

O cerco externo determinado por essa falta de credibilidade não se limita aos Estados Unidos. Também o governo de Tóquio determinou aos bancos japoneses credores do Brasil que lancem 25% dos créditos como prejuízo. Sem acordo com os credores, o governo brasileiro teve de pedir o cancelamento da vinda de uma missão técnica do Fundo Monetário Internacional (FMI). Essa missão viria negociar os termos de um acordo que avalizaria o reingresso do País na comunidade financeira internacional. Afastado dessa comunidade e com problemas para assegurar o êxito de seu programa de estabilização, o Brasil é considerado uma “estrela decadente” entre as oportunidades de investimentos em todo o mundo, conforme pesquisa realizada por duas instituições sediadas na Suíça junto a dez mil empresários internacionais.

A grande estrela latino-americana é o México, que resolveu o problema de sua dívida externa e tornou-se um dos grandes receptores dos investimentos internacionais. Coloca-se ao seu lado o Chile, que vai extinguir o cargo de negociador da dívida externa, pois não há mais necessidade de negociação. Enquanto isso, o Brasil vai ficando cada vez mais isolado.